

***Emília no País da Gramática: representações sobre língua,
gramática e variação linguística***

***Emília no País da Gramática: representations of language, grammar
and linguistic variation***

Lara Oliveira e Silva

(Departamento de Ciências Sociais e Letras – Universidade de Taubaté)

Sarah Rosindo Daher de Barros

(Departamento de Ciências Sociais e Letras – Universidade de Taubaté)

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Cintra de Carvalho Pinto

Resumo: Este artigo aborda o tema representações sobre língua, gramática e variação linguística na obra infantil *Emília no País da Gramática*, de Monteiro Lobato (1882-1948). A escolha desse tema se justifica principalmente pela retomada que Lobato faz em sua obra do ideal romântico de liberdade da linguagem e pela originalidade da linguagem nos textos infantis lobatianos, a qual foi mencionada pelo modernista Oswald de Andrade (1890-1954), quem a elogiou como revolucionária. A escolha do corpus a ser analisado, ou seja, o livro *Emília no país da gramática* (LOBATO, 1934/2008), primeiramente parte do tema que se encontra no próprio título da obra e é um dos objetos de nosso estudo. Em segundo lugar, considera que Emília é a personagem que demonstra linguagem própria e faz análises linguísticas, refletindo sobre a linguagem. Diante disso, este trabalho objetiva identificar e interpretar as representações sobre língua, gramática e variação linguística presentes no livro *Emília no país da gramática*. Para tanto, esta pesquisa se divide em duas fases. Na primeira, elabora-se uma resenha temática para apresentar os conceitos de língua, gramática e variação linguística. Na segunda, de posse desses pressupostos, analisam-se os diálogos com base no modelo de análise de texto de Bronckart (2003). Dessa forma, tem-se uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Os resultados revelam o Lobato linguista que já se opunha à ideia de que a gramática padrão seria a única norma da língua. E Emília é a principal porta-voz para dizer o que ele pensava.

Palavras-chave: Monteiro Lobato; *Emília nos Países da Gramática*; Gramática, Variação Linguística.

Abstract: This article addresses representations of language, grammar, and linguistic variation, based on the book *Emília no país da gramática*, written by Brazilian author Monteiro Lobato (1882-1948). These themes were chosen due to Lobato's originality and romantic ideal of freedom of language, mainly in his works on children's literature, both praised by Brazilian modernist author Oswald de Andrade (1890-1954), who considered it revolutionary. *Emília no país da gramática* was chosen to be the main document in our analysis because of two reasons. First, the subjects we study are well expressed in this Lobato's book, mainly in its title. Second, the character Emília makes up her own language and linguistic analyses, through metalinguistic and epilinguistic capabilities. Thus, this article tries to identify and interpret the portrayals on language, grammar and linguistic variation presented and expressed in *Emília no país da gramática*. This article is divided in two parts. The first one is dedicated to a literature

review on the concepts of language, grammar, and linguistic variation. On the second one, by using and applying these concepts, we analyze the characters dialogues using the model of literature analysis created by Bonckart (2003). Thereby, our article is based on a qualitative literature review and research. The results indicate that Lobato opposed the idea of a standard grammar as the only language reference, using Emilia to express his considerations on this theme.

Keywords: Monteiro Lobato; *Emília no País da Gramática*; Language; Grammar; Linguistic Variation

Introdução

O presente estudo tem como tema as representações sobre língua, gramática e variação linguística na obra Infantil *Emília no País da Gramática*, de Monteiro Lobato (1882-1948). A escolha desse tema se justifica, em primeiro lugar, pelas características modernistas na obra de Monteiro Lobato, embora o escritor seja considerado também antimodernista; em segundo lugar, pelo fato de nos encontramos no ano em que se comemoram os 100 anos da Semana de Arte Moderna, movimento que retoma o ideal romântico de liberdade da linguagem, assim como Lobato também faz, e, finalmente, pela linguagem nos textos infantis lobatianos, cuja originalidade foi mencionada pelo modernista Oswald de Andrade (1890-1954) e elogiada como revolucionária.

A escolha do *corpus* a ser analisado, ou seja, o livro *Emília no País da Gramática* (LOBATO, 1934/2008), parte, em primeiro lugar, do tema que se encontra no próprio título da obra e é um dos objetos de nosso estudo, e, em segundo lugar, do fato de Emília ser a personagem que, assim como em outros livros infantis, sempre demonstra linguagem própria e faz análises linguísticas por meio de capacidades de análise linguística.

Diante disso, este trabalho objetiva identificar e interpretar as representações sobre língua, gramática e variação linguística presentes no livro *Emília no País da Gramática*.

Para tanto, esta pesquisa se divide em duas fases. Na primeira, elabora-se uma resenha temática para trazermos os conceitos de língua, gramática e variação linguística com base em Marcuschi (2016), Possenti (1996), Travaglia (1997), Faraco (2008), Faraco e Zilles (2017), Brito (2003), Bortoni-Ricardo (2004), Camacho (2001; 1988). Na segunda, de posse desses pressupostos, analisam-se os diálogos do texto

Emília no país da gramática, com base no modelo de análise de texto de Bronckart (2003). Dessa forma, tem-se uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa.

Este estudo se organiza em duas seções, seguidas da conclusão. Na primeira seção, têm-se as concepções de língua, gramática e variação linguística na perspectiva de estudos linguísticos modernos. Na segunda seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos de análise do *corpus*, os resultados da análise e a discussão desses resultados

Espera-se que este estudo contribua com a descoberta do “linguista” Lobato, preocupado em relacionar gramática e uso da língua

1. Concepções de língua, gramática e variação linguística

Esta seção apresenta a síntese bibliográfica sobre língua, gramática e variação linguística a partir do que serão identificadas e interpretadas as representações sobre língua, gramática e variação linguística em *Emília no País da Gramática*.

1.1 Língua e gramática

No estágio atual dos estudos linguísticos, a língua é vista como um fenômeno sociocultural, fundamentalmente heterogêneo e em constante processo de mudança. A concepção de língua datada do início do século XIX - estrutura organizada apenas nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico - ampliou-se.

Como explica Marcuschi (2016), a língua não é uma estrutura; mas é um sistema estruturado simultaneamente em vários planos, tais como o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico, mas também o cognitivo e o social, que se organizam no processo de enunciação, ou seja, no uso concreto da língua.

Conforme Possenti (1996), o falante, ao adquirir a língua, passa a possuir muito mais do que um catálogo de signos linguísticos. Ele internaliza regras que regem o funcionamento do sistema linguístico como um todo, em todos seus planos, e que lhe permitem reconhecer e compreender as sentenças proferidas por outros falantes dessa linguagem. A essas regras internalizadas, conclui o autor, dá-se o nome de gramática internalizada. A gramática internalizada leva em consideração os princípios de construção, interpretação e uso de textos em conformidade com situações diferentes de interação comunicativa, os princípios que regem a conversação outros

gêneros discursivos”, os princípios que se situam além do âmbito materialmente linguístico.

Ainda para Possenti (1996), os linguistas, com intuito de descrever a gramática internalizada pelo falante, estabelecem modelos teóricos descritivos do sistema de regras para sua ordenação, seguindo princípios científicos de trabalho com um *corpus* de mostras de fala nativa. Esses modelos teóricos constituem a segunda gramática, a gramática descritiva, que objetiva descrever as regras do sistema linguístico e registrar seus aspectos, estando livre de qualquer juízo de valor sobre a língua. Aqui, as regras trazem consigo a ideia de regularidade e constância, e não de obrigação.

Sobre gramática descritiva, Travaglia (1997) afirma que esse tipo de gramática descreve e registra, em relação a uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica), as unidades e categorias linguísticas existentes, os tipos de construções possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso dos mesmos.

Portanto, um conceito importante para esses estudos descritivos é o de gramaticalidade. Ao se descrever uma variedade de determinada língua permite-se o conhecimento do que é (ou não) possível nela, ou seja, do que apresenta (ou não) gramaticalidade. De acordo com o que explica Travaglia (1997, p. 27),

gramatical será, então, tudo que atende às regras de funcionamento da língua de acordo com determinada variedade linguística. O critério é propriamente linguístico e objetivo, pois não se diz que não pertencem à língua formas e usos presentes no dizer dos usuários da língua e aceitas por estes como próprias da língua que estão usando.

Para anular essas formas e usos presentes no dizer dos usuários e impor um conjunto de regras, que passam a ser obrigatórias sob pena de sanção, surge a gramática normativa. Essa terceira gramática tem como base a gramática tradicional de origem grega – a arte de bem falar - e trata de um conjunto de regras impostas por uma convenção. Esse tipo de gramática possui utilização comum em âmbito pedagógico e incorpora os princípios do certo e do errado na língua. No Brasil, a gramática normativa recorre a uma língua padrão cujos pressupostos são relacionados ao português lusitano, que se diferencia em inúmeros aspectos do português brasileiro. As regras, geralmente, são baseadas em textos literários escritos, que formam o cânone escolar.

A pressão normativa será mais ou menos intensa de acordo com diferentes fatores – caso do gênero do discurso do qual se vale o sujeito na situação em que se encontra; do nível de formalidade envolvido nela; do grau de divulgação da regra em questão, sendo mais incidentes, por exemplo, os padrões ortográficos, lexicais e sintáticos do que os aspectos estilísticos.

A gramática normativa pode ser aproximada ao conceito de norma-padrão explicado por Faraco (2008). Na definição desse autor, a norma em questão é a idealização dos usos linguísticos de uma comunidade oficial, estabelecida no confronto histórico de construção de cultura nacional. Por isso, Faraco (2008, p. 78) explica que

[...] o padrão tem sua importância e utilidade como força centrípeta no interior do vasto universo centrífugo que caracteriza as línguas, em especial nas situações em que se busca alcançar certa uniformidade que atenua uma intensa dialetização. O padrão não conseguirá jamais suplantá-la integralmente a diversidade porque, para isso, seria preciso alcançar o impossível (e o indesejável, obviamente): homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história. Mesmo assim, o padrão terá sempre, por coações sociais, certo efeito unificador sobre as demais normas.

O estabelecimento de um padrão de língua, com caráter oficial, funcionaria como uma força centralizadora, unificadora, buscando conter a heterogeneidade ainda mais intensa no momento de formação dessas línguas vernáculas. Com esses propósitos, concebe-se a ideia de norma-padrão, como explica Faraco (2008, p. 73):

[...] se buscou estabelecer, por meio de instrumentos normativos (gramáticas e dicionários), um padrão de língua para os Estados Centrais Modernos, de modo a terem eles um instrumento de política linguística capaz de contribuir para atenuar a diversidade linguística regional e social herdada da experiência feudal. A esse instrumento damos hoje o nome de norma-padrão.

O linguista, ainda, afirma que os Estados apresentaram seus próprios critérios para o estabelecimento de sua norma-padrão, mas prevaleceu a consideração da norma (tida aqui como os usos linguísticos concretos de dado grupo social) da aristocracia e “[...] o cultivo de uma escrita vernácula latinizada, isto é, de uma imitação adaptada à língua moderna de modelos estilísticos dos escritores latinos clássicos”

(FARACO, 2008, p. 143). Assim, Faraco e Zilles (2017, p. 19) explicam que essa norma, “[...] é um modelo idealizado construído para fins específicos; não é, portanto, uma das tantas normas presentes no fluxo espontâneo do funcionamento social da língua, mas um construto que busca controlá-lo”.

Esse processo explicado por Faraco (2008) marcou a construção da norma-padrão portuguesa. No caso brasileiro, a norma em questão foi concebida de modo peculiarmente artificial em meados e fins do século XIX, porque a referência empregada foi de origem portuguesa europeia, sendo ela “[...] o eventual uso de escritores portugueses do Romantismo e do chamado período clássico (desde que [...] tal uso abonasse as regras que se iam inventando)” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 158). Isso se deu, porque, no Brasil, a criação da norma-padrão não correspondeu a uma tentativa de uniformizar profundas divergências dialetais nem de contribuir com a criação de uma recente identidade nacional, mas a uma aproximação identitária com a Europa, como explica Faraco (2008, p. 79):

Por trás da atitude excessivamente conservadora dessa elite letrada [elite brasileira], além de uma herança da pesada tradição normativa dos países de línguas latinas, estava seu desejo de viver num país branco e europeu, o que fazia lamentar o caráter multirracial e mestiço do nosso país [...]; e, no caso da língua, a fazia reagir sistemicamente a tudo aquilo que nos diferenciava do modelo linguístico lusitano por ela escolhido para padronizar a fala e a escrita no Brasil.

Em outras palavras, o autor explica que o propósito da norma-padrão era o apagamento das variedades populares do português brasileiro; “o excessivo artificialismo do padrão que [os apoiadores e defensores da norma] estipularam impediu, porém, que ele se estabelecesse efetivamente entre nós” (FARACO, 2008, p. 80). Para Faraco (2008) também não há equivalência terminológica entre norma culta e norma-padrão. Nesse sentido, a norma-padrão representa um construto que não se caracteriza, exatamente, como a descrição da fala de nenhum grupo específico. Britto (2003, p. 32) também não identifica equivalência entre norma culta e norma canônica:

Norma culta [...] difere em todos os níveis, inclusive nos registros formais, tanto dos padrões de escrita, como da norma canônica. Ainda que se

alimento de formas da escrita, em função do tipo de letramento de seus falantes e, ao mesmo tempo, exerça pressão no estabelecimento de novos padrões normativos, ela se organiza de forma distinta da escrita e apresenta estruturas sintáticas e itens lexicais que a norma canônica consideraria errados e que menos frequentemente são admitidos em textos impressos de circulação pública. Além disso, sendo a fala de um segmento social, apresenta intensa variação.

Com definição relativa a essa consideração, para Faraco e Zilles (2017, p. 19), a norma culta é “[...] o conjunto das características linguísticas do grupo de falantes que se consideram cultos [...]. Na sociedade brasileira, esse grupo é tipicamente urbano, tem elevado nível de escolaridade e faz amplo uso dos bens da cultura escrita”. É notório, na definição, que os próprios falantes dessa variedade foram responsáveis por nomeá-la, justamente por fazerem parte do grupo social que, historicamente, caracterizou-se como aquele com acesso à cultura letrada e às formas de poder pelas quais ela passa.

Porém, nenhuma concepção dicotômica (como culto/popular, formal/informal, etc.) é capaz de abarcar a concretude do português brasileiro. Para dar conta de uma representação que considera a diversidade da língua.

1.2 Variação linguística

Os estudos linguísticos modernos, de 1910 a 1960, procuraram descrever minuciosamente os componentes estruturais de cada língua: fonema, morfema, frase e significado das palavras e das frases. A partir dos anos 60 do século XX, os linguistas começaram a perceber que a linguagem verbal humana não se organiza e se realiza apenas nos níveis estruturais: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. As produções reais de linguagem, nas situações de comunicação, de alguma maneira organizam esses componentes estruturais da língua em um nível extralinguístico, composto de inúmeros fatores contextuais, históricos, sociais e culturais que dão forma e permitem a construção de sentidos para as produções de linguagem e a diversidade da língua.

Bortoni-Ricardo (2004), a fim de abarcar a diversidade do português brasileiro, propõe três contínuos (de urbanização, oralidade-letramento e monitoração estilística). No primeiro deles, em uma das extremidades, situam-se os falantes rurais

mais isolados pelas dificuldades geográficas e pela ausência de meios de comunicação; na outra, estão as variedades urbanas padronizadas, marcadas pelo contato com agentes padronizadores, como a imprensa e a escola, e pela presença de instituições sociais relacionadas à cultura do letramento, como o comércio e a indústria. À posição intermediária desse contínuo, a autora confere o nome de áreas rurbanas, onde se situam migrantes rurais que preservaram seu repertório linguístico e comunidades semirurais, com maior contato com as urbanas. Segundo a autora, no contínuo de urbanização, não existem fronteiras rígidas que separem os falares rurais, rurbanos ou urbanos. As fronteiras são fluidas e há muita sobreposição entre esses tipos de falares (por isso mesmo, falamos de um contínuo).

O segundo contínuo (de oralidade-letramento) tem, de um lado, os eventos de oralidade que não sofrem influência direta da escrita e, do outro, os eventos de letramento, aqueles mediados diretamente pela língua escrita ou pela suscitação de uma leitura prévia. Já o terceiro contínuo presente em Bortoni-Ricardo (2004), o de monitoração estilística, diz respeito à atenção conferida pelo falante às suas interações linguísticas. Um dos seus polos é o de menor monitoração, em que há uma atenção mínima, e outro corresponde a uma maior monitoração, com maior exigência de atenção e, em alguns casos, até de planejamento. A necessidade dessa monitoração depende dos fatores que envolvem cada interação, tais quais: o ambiente, o interlocutor e o tópico da conversa.

A norma culta pode ser explicada como “[...] a variedade que está na intersecção dos três contínuos, em seus pontos mais próximos do urbano, do letramento e dos estilos mais monitorados” (FARACO, 2008, p. 47). No entanto, o autor faz uma ressalva a respeito de o termo ser usado no singular: apesar de referido como norma culta, apresenta variabilidade, que pode ser percebida a partir de diferenças regionais (o que justifica, por exemplo, a norma ser estudada em diferentes capitais) ou etárias. O linguista pontua, ainda, a existência de diferenças entre as normas cultas escritas e as faladas, justamente por cada uma delas apresentar especificidades. Nesse sentido, é próprio de cada norma (termo entendido aqui no seu sentido amplo) apresentar “[...] traços fonético-fonológicos, morfossintáticos, léxico-semânticos e discursivos que a distinguem das demais. A realidade linguística é, portanto, um mosaico de ‘normas’” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 18).

A existência de diferentes normas, isto é, de diferentes conjuntos de usos linguísticos de comunidades de falantes, evidencia a multiplicidade constitutiva das

línguas. Conforme Faraco e Zilles (2017, p. 31), “nenhuma língua é homogênea e uniforme; todas as línguas são heterogêneas e multiformes”, pois estão intimamente ligadas à pluralidade histórica, social e cultural dos próprios falantes.

Essa máxima se consolida com a sociolinguística variacionista, que surge nos anos de 1960 e que se encarrega de “[...] correlacionar as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares” (CAMACHO, 2001, p. 50).

Os estudos sociolinguísticos já demonstram que não existe nenhuma sociedade ou comunidade na qual todos falem da mesma forma. As diferentes formas de dizer ou as variações linguísticas ocorrem em todos os níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático, lexical. Às formas linguísticas em variação se dá o nome de “variantes linguísticas, variedades linguísticas, variedades dialetais sociais, formas linguísticas”(CAMACHO, 2001, p.51). Qualquer um dos termos se refere às diversas maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade.

Camacho (1988) compreende as variações linguísticas como tendo quatro naturezas extralinguísticas: histórica, geográfica, social e estilística. A primeira delas, também nomeada de diacrônica, diz respeito à substituição de uma variante por outra, que acontece, em certo momento, com coexistência entre elas, até que uma prevaleça. Para que isso ocorra, a nova variante é contemplada por um grupo de destaque socioeconômico até consolidar-se como normal naquele contexto.

A segunda natureza de variação explicada por Camacho (1988) é a geográfica, que está ligada a diferentes comunidades linguísticas, especialmente localizadas, que integram uma comunidade maior. Os limites dessas comunidades, em um mesmo país, não necessariamente correspondem às divisas geográficas, pois aquilo que as caracteriza é “um centro cultural, político e economicamente polarizador” (CAMACHO, 1988, p. 31). As diferenças entre as comunidades linguísticas podem ser notadas, dentre outros aspectos, a partir da pronúncia, da sintaxe e do vocabulário.

O terceiro tipo de variação elencado pelo linguista, de caráter social, relaciona-se à diferenciação no uso da língua por membros de uma comunidade sociocultural, mesmo que façam parte de um mesmo espaço geográfico. Nesse âmbito, identifica-se a classe social do falante, o seu nível de escolaridade, a sua idade e o seu gênero. Camacho (1988, p. 33) ressalta o caráter apreciativo dessa variação: “[...] o uso de

certas variantes é indício, numa sociedade estratificada, do nível socioeconômico e cultural de seus membros e, portanto, indício de alto ou baixo grau de prestígio”.

O último aspecto elencado pelo autor é o da variação estilística, definida como mudança no uso linguístico de um mesmo falante, com a finalidade de melhor se adequar às diferentes situações comunicativas. De acordo com Camacho (1988, p. 34), “tal adequação decorre de uma seleção dentre o conjunto de formas que constitui o saber linguístico individual, de um modo mais ou menos consciente”. Assim, o falante, em uma situação mais formal, tanto oral quanto escrita, emprega mais reflexão no seu uso linguístico e “escolhe” como dizer.

A variação estilística mostra quão habituado está (ou não) o falante com as expectativas e normas que envolvem seu contexto comunicativo, mas, o que geralmente, na prática, motiva as escolhas não é o fato linguístico em si, mas tudo o que ele evoca social e culturalmente. Em outras palavras, a valoração positiva ou negativa das formas linguísticas é, na verdade, efeito da valoração positiva ou negativa que recai sobre os segmentos sociais que as usam.

Entretanto, as variações de linguagem não deveriam passar apenas por um crivo valorativo, já que não são mais que formas alternativas que o sistema linguístico põe à disposição do falante. Nesse caso, é tarefa fundamental da pedagogia da língua materna despertar a consciência do aluno para a adequação das formas às circunstâncias do processo de comunicação. Lobato já desperta essa consciência nas crianças quando escreve o livro paradigmático *Emília no País da Gramática*.

2. Língua, gramática e variação linguística em *Emília no País da Gramática*

Nesta seção, apresentamos as perguntas de análise do *corpus*, os resultados da análise e a discussão desses resultados.

Para se depreender as representações que Lobato constrói sobre língua, gramática e variação linguística em *Emília no país da gramática*, este estudo parte da ideia de Bronckart, (2003), para quem os textos são o instrumento no qual e pelo qual o ser humano emite interpretações e avaliações relativas às propriedades de seu agir. Em outras palavras, todos os textos reconfiguram ou representam o agir humano veiculando interpretações sobre ele, podendo contribuir para a clarificação das ações humanas e para a construção de modelos de agir humano. Com base em Bronckart, este trabalho entende,

portanto, que representar o agir humano significa reestruturar o agir humano por meio de figuras interpretativas construídas nos e pelos textos. E pressupõe que o posicionamento crítico em relação à linguagem, como todo agir humano, pode ser observado a partir da avaliação de textos que tematizam esse objeto.

Bronckart (2003) sugere um modelo de análise de textos, que seria constituído por quatro níveis: a) nível contextual; nível organizacional; nível linguístico-discursivo e nível semântico.

Adaptando esse modelo, esta pesquisa criou duas perguntas de análise: 1) Em que contexto se insere a obra *Emília no país da gramática* e como ela se organiza?; 2) Quais os trechos de diálogos em que aparecem os temas língua, gramática e variação linguística e qual a interpretação que *Emília* e as demais personagens fazem desses temas?

2.1 Contexto de produção de *Emília no País da Gramática*

A produção infantil do escritor taubateano Monteiro Lobato apresenta duas fases: década de 1920, que se inicia com a publicação de *A Menina do narizinho arrebitado*, e década de 1930, que se inicia com a volta do escritor dos Estados Unidos, onde morou. Segundo Albieri (2006), o objetivo do autor, na primeira fase, era recrear e fazer com que a criança tomasse o gosto pela leitura, e, na segunda fase, era recrear e instruir.

A literatura infantil surge no Brasil logo nas primeiras décadas do século XX, porém não como algo genuinamente nacional, mas sim como uma literatura traduzida de outros países. Tais adaptações demonstravam para o público-leitor um excesso de erudição linguística, o que dificultava a compreensão das crianças. Assim, elas não tinham interesse em ler. Nessa época, alguns autores brasileiros tenham começado a dedicar algumas de suas obras às crianças, como Olavo Bilac e Coelho Neto. No entanto, a literatura infantil ainda era construída nos moldes da literatura indo-europeia, destinada às crianças da sociedade burguesa, conforme afirma Vieira (2004).

Uma das poucas exceções é Thales de Andrade. Com a publicação de seus livros *A filha da floresta*, em 1918, e *Saudade*, em 1919, que foram criticados de forma elogiosa por Monteiro Lobato, ele foi elevado à condição de pioneiro da literatura infantil brasileira. Para o autor taubateano, *Saudade* associa recreação à instrução,

traz simplicidade para o estilo literário e uma protagonista criança interiorana, o que provavelmente encantou Lobato, que, em 1920, lançou o livro *A menina do narizinho arrebitado*, cujas personagens centrais são crianças moradoras de um sítio. Tendo esse contexto em mente é que Candido (1999) afirma que as obras infantis do escritor taubateano são de uma invenção original e moderna, escritas em linguagem da mais encantadora vivacidade. A indagação presente em *Iniciação à Literatura Brasileira* corresponde à mudança que os enredos voltados aos pequenos leitores começaram a ter a partir dessas publicações, passando a ser de crianças e não apenas para crianças, o que despertou, no público-alvo, o gosto pela leitura.

Nos anos 30, devido, à amizade com Anísio Teixeira, idealizador da Escola Nova, Lobato passa a produzir títulos nos quais o ensino e a aprendizagem das disciplinas gramática, aritmética, geografia, física e astronomia são o pretexto para as aventuras das personagens do sítio, como se constata em *Emília no país da gramática*, de 1934 (LOBATO, 1994).

Conforme Albieri (2006), a inovação levada a cabo por Lobato neste livro é o fato de seus livros serem paradidáticos, ou seja, o público-alvo da obra é a criança em fase escolar. Mas, mesmo considerados paradidáticos, esses livros mantêm a mescla ficção/realidade ou recreação/instrução. E percebe-se, nesses enredos, um trabalho conjunto de narrativa e linguística usado pelo autor na construção de uma fácil identificação aos leitores, trazendo elementos comuns à realidade de inúmeras crianças pelo país, fato que, segundo Camara (2015), é consequência da capacidade de Lobato trazer para o universo de sua literatura o que é próprio da infância brasileira.

A estrutura do livro *Emília no País da Gramática* é predominantemente dialogal, e os diálogos presentes se compõem de conversas entre as crianças, o rinoceronte Quindim e os “habitantes do país”, que são as categorias gramaticais personificadas. Há um narrador em 3ª pessoa, cujas intervenções são mínimas. A história começa com D. Benta explicando gramática para Pedrinho, que não entendia o conteúdo da disciplina por causa da forma que a escola a ensinava. Diante disso, Emília tem a ideia de visitar o País da Gramática - povoado por sons, palavras e períodos - para estabelecer experiências concretas com o objeto de estudo e, assim, entendê-la melhor. Quindim, o rinoceronte, leva Emília, Pedrinho, Narizinho e Visconde para lá, e é ele quem tudo mostra e explica. Em 26 capítulos, os personagens interagem com os fonemas, morfemas; origem, formação e classificação de palavras; estrutura da

frase; função e relação sintática das palavras no período e ortografia, à medida que visitam as cidades do país.

O referente língua é tematizado, de forma regular, no livro e em toda obra infantil de Monteiro Lobato, principalmente pela incorporação do que se chama Língua da Emília (termo empregado e definido pelo narrador em “O centaurinho”, em *Histórias diversas*, 1947, (LOBATO, 2011, p. 72).

Língua da Emília é a língua da boneca de pano, a língua de todos, a combinação irreverente da palavra com o gesto. Um conjunto de recursos linguísticos, como os neologismos, e paralinguísticos apropriados que comunica críticas às coisas institucionalizadas e, ao mesmo tempo, valoriza a língua falada e o universo cultural das crianças.

As críticas da Emília são também as críticas de Lobato à sua época dominada pelo academicismo e convencionalismo. Naquele tempo, língua era vista como um sistema homogêneo, uniformizado na norma padrão; norma padrão tinha sido criada a partir da norma de prestígio do sec. XIX, mas estava distante da norma culta brasileira; ensinar língua era ensinar gramática normativa, descrição gramatical, classificações, nomenclaturas.

Nas palavras de Azevedo, Alves e Amorim (2021, p.46):

Certamente, a bonequinha é manipulada pelo autor; todavia, a certa altura da criação do artista, ela ganha vida própria. [...] A bonequinha Emília é um artifício construído por Monteiro Lobato para dizer e fazer o que ele queria. Trata-se de uma personagem menos humana, e esse “menos” faz toda a diferença, pois é nele que estão manifestadas as ideias audaciosas lobatianas [...] (AZEVEDO, ALVES E AMORIM, 2021, p. 46).

Segundo Mattos e Silva (1995), Monteiro Lobato relatou dificuldades, peculiaridades e conceitos na década de 1930 que só seriam analisados a fundo pelo menos trinta anos depois. Desse modo, o escritor teceu críticas à maneira estruturalista por que conceitos gramaticais eram apresentados aos alunos.

Na vida real, Monteiro Lobato assumia suas divergências em relação à gramática normativa e falava guiar-se pelo faro, pelo aspecto visual e sonoro da frase. A adoção desses critérios demonstra domínio da gramática internalizada da língua.

2.2. Representações de língua, gramática e variação linguística em *Emília no País da Gramática*

Emília no País da Gramática põe em discussão temas da gramática tradicional e suas limitações e acena para o modo como podem ser administradas, sempre em coerência com a língua. Ao propor uma maneira diferente de lidar com essas questões, o autor pauta uma ruptura com a gramática tradicional normativa, que já ecoava nos primeiros decênios do século XX no Brasil, a partir da Semana de Arte Moderna (1922), como pode ser visto nos trechos abaixo:

Trecho A

“Dona Benta, com aquela paciência de santa, estava ensinando gramática a Pedrinho. No começo Pedrinho rezingou.

— Maçada, vovó. Basta que eu tenha de lidar com essa caceteação lá na escola. As férias que venho passar aqui são só para brinquedo. Não, não e não. . .

[...] Pedrinho fez bico, mas afinal cedeu; e todos os dias vinha sentar-se diante de Dona Benta, de pernas cruzadas como um oriental, para ouvir explicações de gramática.

— Ah, assim, sim! — dizia ele. — Se meu professor ensinasse como a senhora, a tal gramática até virava brincadeira. Mas o homem obriga a gente a decorar uma porção de definições que ninguém entende. Ditongos, fonemas, gerúndios. . .” (LOBATO, 2008, p.14, grifo nosso)

Na fala de Pedrinho, estudar as regras gramaticais não passava de uma “caceteação” (tarefa aborrecedora, maçante), e trocar os brinquedos pelo estudo de uma disciplina tão desagradável era “maçada” (tarefa penosa). Pedrinho parece exposto ao método que norteava o ensino de gramática na instituição escolar na época de Lobato: a obrigação, que, muitas vezes, elimina o prazer naquilo que se estuda, e o ato de decorar, que não promove o entendimento. Estudar gramática seria decorar regras obrigatórias e, aparentemente, sem importância para a prática linguística;

Pedrinho, ao diferenciar a maneira institucional de ensinar gramática da que é ensinada pela avó no sítio, é porta-voz de Monteiro Lobato, que criticava o método convencional de aprendizagem escolar da língua, sendo influenciado pelos princípios da Escola Nova, preconizada por seu amigo Anísio Teixeira, e propondo uma nova maneira de lidar com o conhecimento, ou seja, pela experiência, concebendo as

crianças como atores. A experiência como nova maneira de lidar com o conhecimento é proposta pela irreverente boneca Emília, depois de terminada a lição.

Trecho B

“ - Pedrinho – por que, em vez de estarmos aqui a ouvir falar de gramática, não havemos de ir passear no País da Gramática?”

O menino ficou tonto com a proposta. - Que lembrança, Emília! Esse país não existe, nem nunca existiu. Gramática é um livro.” (LOBATO, 2008, p.15, grifo nosso)

Pedrinho revela que o único contato com a gramática era pelo livro didático e não pelo uso e pela interação com práticas discursivas.

Sendo assim, não era somente interessante ouvir falar de gramática, mas sim, vivê-la, propor questões sobre ela, investigá-la – enfim - conhecê-la; atrelado a tudo isto está a noção de passeio, ou seja, não se trata de obter o conhecimento por obrigação, mas por ação e prazer.

É também em *Emília no País da Gramática* que Quindim, irônica e arbitrariamente, recebe este nome da boneca. O rinoceronte aparece, pela primeira vez, em *Caçadas de Pedrinho* (1933), e é descrito como um animal tipicamente africano, “ferocíssimo e traiçoeiro”, além de “incomodamente grande”.

Trecho C

“— Que tantas cidades são aquelas, Quindim? — perguntou Emília.

Todos olharam para a boneca, franzindo a testa. Quindim? Não havia ali ninguém com semelhante nome.

— Quindim — explicou Emília — é o nome que resolvi botar no rinoceronte.

— Mas que relação há entre o nome Quindim, tão mimoso, e um paquiderme cascudo destes? — perguntou o menino, ainda surpreso.

— A mesma que há entre a sua pessoa, Pedrinho, e a palavra Pedro — isto é, nenhuma. Nome é nome; não precisa ter relação com o "nomado". Eu sou Emília, como podia ser Teodora, Inácia, Hilda ou Cunegundes. Quindim!. . . Como sempre fui a botadeira de nomes lá do sítio, resolvo batizar o rinoceronte assim — e pronto! Vamos, Quindim, explique-nos que cidades são aquelas. (LOBATO, 2008, p.18, grifo nosso)

O diálogo que envolve a nomeação de Quindim se insere numa questão decisiva do ponto de vista do estudo da significação, iniciado por Saussure, no final do século XIX: a arbitrariedade do signo, explicada despretensiosamente, porém, de forma muito clara pela “botadeira” de nomes do sítio. Aqui, além de Emília conseguir explicar um elemento da semântica, também revela sua capacidade de criar palavras a partir do domínio dos morfemas da língua.

Os neologismos “nomado” e “botadeira” ocorrem a pelo processo de derivação por sufixação, (radical “nome” + sufixo “ado” ; radical “bota” + consoante de ligação “d” + sufixo “eira”). Nesses neologismos, frutos da morfologia derivacional, vemos a criação de novas palavras por meio de palavras ou morfemas já existentes.

No livro analisado, Emília é responsável pela grande coleção de neologismos, que ocorre graças ao domínio do autor sobre o nível morfológico derivacional da língua portuguesa. Esse domínio cria um léxico cabível à linguagem infantil, usado estritamente pela boneca e oriundo de palavras preexistentes, modificadas pelos processos de formação delas. A personagem apresenta tais neologismos como consequência de situações sociais, mas também envolvendo contextos situacionais, reproduzindo formas de variação social.

Aqui gramática é sinônimo de norma internalizada. E língua se caracteriza pela vivacidade presente em todos seus níveis, como o morfológico.

Trecho D

“ [...] E reparem que em cada palavra há uma Sílabas mais emproada e importante que as outras pelo fato de ser a depositária do ACENTO TÔNICO. Essa Sílabas chama-se a TÔNICA.

— O mesmo nome da mãe de Pedrinho!... — observou Emília arregalando os olhos.

— Não, boba. Mamãe chama-se Tonica e o rinoceronte está falando em Sílabas TÔNICA. É muito diferente.

“— Perfeitamente — confirmou Quindim. — No nome de Dona Tonica a Sílabas Tônica é NI; e na palavra que eu disse a Sílabas Tônica é o TO. E na palavra PEDRINHO, qual é a Tônica?

— DRI — responderam todos a um tempo.

— Isso mesmo. Mas os senhores gramáticos são uns sujeitos amigos de nomenclaturas rebarbativas, dessas que deixam as crianças velhas antes do tempo. Por isso dividem as palavras em OXÍTONAS, PAROXÍTONAS e PROPAROXÍTONAS, conforme trazem o Acento Tônico na última Sílabas, na penúltima ou na antepenúltima.

— Nossa Senhora! Que "luxo asiático"! — exclamou Emília. — Bastava dizer que o tal acento cai na última, na penúltima ou na antepenúltima. Dava na mesma e não enchia a cabeça da gente de tantos nomes feios. Proparoxíttona! Só mesmo dando com um gato morto [...]"

- Os gramáticos mexem e remexem com as palavras da língua e estudam o comportamento delas, xingam-nas de nomes rebarbativos, mas não podem alterá-las. Quem altera as palavras e as faz e desfaz, e esquece umas e inverna outras, é o dono da língua – o Povo [disse Quindim]" (LOBATO, 2008, p.20, grifo nosso).

Emília, a boneca falante, expressa, indignação com relação à nomenclatura rebarbativa. Entretanto, a revolta da boneca não é com a língua, mas com os gramáticos que ignoram as capacidades cognitivas de o usuário conhecer a língua. Para complementar, Quindim, aquele que seria o professor que promove mediação das crianças com o conhecimento sobre linguagem, aproveita as reflexões de Emília e a ajuda a se aprofundar nelas trazendo uma premissa sociolinguística de que os gramáticos podem engessar a língua num conjunto de regras, mas é o povo, ou seja, os falantes, que podem transformá-la, pois a língua se constrói no uso.

Trecho E

"O porteiro mostrou-se atrapalhado, porque era a primeira vez que aparecia por ali uma repórter daquela marca (Emília). A cidade da língua costumava ser visitada apenas por uns velhos carrancas, chamados filólogos, ou então por gramáticos e dicionaristas, gente que ganha a vida mexericando com as palavras, levantando o inventário delas, etc."

[...] dirigiram-se todos para a casa da Senhora Etimologia. Encontraram lá uma velha coroca, de nariz recurvo e uma papeira – a papeira da sabedoria. Encontraram-na com a casa entupida de filólogos, gramáticos e dicionaristas." (LOBATO, 2008, p.32, grifo nosso).

Até a década de 1910, a língua era estudada numa perspectiva histórica por filólogos, gramáticos e dicionaristas que se preocupavam em explicar a língua presente com elementos da língua no passado. Isso justifica o narrador chamá-los de velhos carrancas. Na voz do narrador, vê-se o conhecimento que Lobato tinha dos estudos linguísticos anteriores à Linguística.

Trecho F

“- É fácil de compreender isso – observou a velha (Etimologia). – As pessoas cultas aprendem com professores, e, como aprendem, repetem certo as palavras. Mas os incultos aprendem o pouco que sabem com outros incultos, e só aprendem mais ou menos, de modo que não só repetem os erros aprendidos como perpetram erros novos, que por sua vez passam a ser repetidos adiante. Por fim, há tanta gente a cometer o mesmo erro que o erro vira Uso e, portanto, deixa de ser erro.” (LOBATO, 2008, p.34, grifo nosso).

A Etimologia chama de erro o que é variação linguística. E evidencia que, para que essa variação linguística seja legitimada e considerada pertencente à língua, deve ser aceita pela comunidade para que se transforme em norma. A ideia de língua viva existe, mas ainda se pensa na diferença como erro. Neste trecho também se mostra a crença de que o erro está presente nas variantes populares e de que a norma culta é homogênea assemelhando-se à norma padrão ensinada pelo professor na escola. Preconceitos que prevaleciam naquela época e que se perpetuam até hoje.

Trecho G

“- E assim se foi formando, e se vai formando a língua (disse a Etimologia). Uma língua não para nunca. Evolui sempre, isto é, muda sempre. Há certos gramáticos que querem fazer a língua parar num certo ponto, e acham que é erro dizermos de modo diferente do que diziam os clássicos. – Que vem a ser clássicos? – perguntou a menina (Emília). Os entendidos chamam clássicos aos escritores antigos, como o Padre Antônio Vieira, Frei Luís de Sousa,, o Padre Manuel Bernardes e outros. Para os carrancas, quem não escreve como eles está errado.” (LOBATO, 2008, p.35, grifo nosso).

Lobato, retomando o ideal romântico, queria uma gramática padrão que tivesse como referência a linguagem dos escritores nacionais. No caso brasileiro, a norma em questão foi concebida de modo peculiarmente artificial em meados e fins do século XIX, porque a referência empregada foi dos escritores clássicos portugueses. Isso se deu, porque, no Brasil, a criação da norma-padrão não correspondeu a uma tentativa de uniformizar profundas divergências dialetais nem de contribuir com a criação de uma recente identidade nacional, mas a uma aproximação identitária com a Europa. Além disso, neste trecho, vê-se também a crítica ao fato de a norma-padrão se construir por uma escrita do passado, reforçando a ideia equivocada de que escrita seria a língua de todos e que a escrita não varia, por isso podemos continuar imitando a escrita do passado.

Trecho H

“- Pois é isso, meus meninos (disse a Sintaxe). Sou quem faz estas palavrinhas comportarem-se como é preciso dentro das Orações. Obrigo-as a terem boas maneiras, a seguirem as regras do bom-tom. Forço o Verbo a concordar sempre com o Sujeito e o Adjetivo a concordar com o Substantivo. (...) Se não fossem as minhas exigências, as frases virariam verdadeiras bagunças. Passo a vida fiscalizando a concordância das senhoras palavras.” (LOBATO, 2008, p.41, grifo nosso).

Algumas regras próprias do nível estrutural da língua chamado sintaxe aparecem explicitadas. É nesse nível que as variações ficam mais evidentes, principalmente as variações de concordância, que servem para estigmatizar seus falantes. Por isso, a gramática age com tanto rigor e fiscalização. Já as variações de regência nem sempre são percebidas pelos ouvintes. Talvez, por isso, não sejam mencionadas.

Trecho I

“Pegue o Ditongo e vá botá-lo onde achou. Você não é Academia de Letras para andar mexendo na língua... (disse Visconde a Emília)” (LOBATO, 2008, p.48, grifo nosso).

Visconde adverte Emília, que quer mexer na forma de grafar os ditongos porque nem sempre os dois fonemas vocálicos são pronunciados. Ele lembra que a boneca não tem a licença poética dos acadêmicos. Aqui fica clara a relação entre língua e poder que Lobato sempre destacou e da qual se apropriava nas suas criações.

Nos fragmentos de *Emília no País da Gramática* levantados nesta seção, Lobato comunica sua crítica a instituições e, ao mesmo tempo, valoriza a língua falada, marginalizada pela academia, e o universo cultural das crianças, demonstrando visão de cunho moderno e linguístico para a época.

Conclusão

Numa época dominada pelo academicismo e convencionalismo, a linguagem nos textos lobatianos reflete seu produtor múltiplo, contraditório e autêntico, contribuindo para o florescimento do humor e oferecendo sempre uma oportunidade espirituosa que redundava em surpreendentes efeitos jocosos, o que prova que, embora o autor não tenha aderido ao modernismo, foi portador da modernidade em seus textos.

Ao ensinar elementos da fonética, morfologia, sintaxe e semântica e dos níveis extralinguísticos da língua, Lobato consegue ir além de suas indagações e, de maneira extremamente moderna para a época, o taubateano deixa claro como o idioma é uma espécie de organismo vivo e dinâmico, sujeito a alterações no decorrer do tempo.

Lobato usou a língua como um modernista, devido a usar a língua como um linguista, criticando o academicismo gramatical da primeira metade do século passado. O autor realiza essas críticas nas falas de todos os personagens. Mas é nas indagações de Emília que vemos isso de maneira clara e explícita. A boneca mostra que sua habilidade intelectual e linguageira está atrelada ao domínio sobre a língua.

Ao considerar as reflexões sobre educação feitas por Lobato, pode-se pensar que *Emília no País da Gramática* faz parte de um projeto pedagógico idealizado pelo escritor desde a década de 1920, quando leva para o plano da fantasia as matérias escolares, estreitando a relação com a instituição de ensino e baseando-se nos preceitos da “Escola Nova”, trazidos ao Brasil pelo educador Anísio Teixeira, de quem Monteiro Lobato se tornou amigo quando ambos passaram uma temporada nos EUA, no final dos anos 20 e começo dos 30.

Ao passear pelo País da Gramática, Lobato mantém diálogo com as regras do idioma, que são personificadas para atrair as crianças. Nesse sentido, trata-se da dramatização de uma gramática que apresenta a norma como padrão. A normatividade à qual Lobato parece estar ligado neste livro pode ter relação com o fato de que se trata de um material paradidático, ou seja, o público-alvo da obra é a criança em fase escolar. Por isso, embora estejam presentes os elementos da fantasia, ainda assim, Lobato constrói uma gramática normativa.

Todos esses elementos juntos contribuíram no sentido de estabelecer uma concepção lobatiana de língua, já que *Emília no País da Gramática* parece repetir o que Lobato traz na literatura adulta. Muitas das reflexões lobatianas sobre língua

veiculadas em contos e cartas reaparecem “na boca” de suas personagens da ficção infantil.

Referências

ALBIERI, T. de M. Lobato: A cultura gramatical em Emília no país da gramática. SÌNTESES, v. 11, p.9-35, 2006.

AZEVEDO, I. M.; ALVES, L. M. N.; AMORIM, M. de S. Emília no País da Gramática: a moderna gramática de Monteiro Lobato, 2021. Disponível em <https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2021/O_tecido_do_texto/2021_O_tecido_do_texto_cap3.pdf> Acesso em 30 de jul. de 2022.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRITTO, Percival L. de. *Contra o consenso: cultura, escrita, educação e participação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

BRONCKART, J. P. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo Edusp: 2003.

CAMARA, T. M. N. de. O ludismo lexical de Monteiro Lobato. CADERNO SEMINAL DIGITAL, ano 21, n.23, v.1, jan-jun de 2015, p. 258-274, 2015.

CAMACHO, R. G. A variação lingüística. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus – Coletânea de textos*, vol. I. São Paulo: SEE-SP/CENP, 1988. p. 29-41.

CAMACHO, R. G. Sociolingüística. Parte II. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. V. 1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 49-47.

CANDIDO, A. *Iniciação à literatura brasileira*. 3ªed. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

LOBATO, M. *Emília no País da Gramática*. 11ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

LOBATO, M. *O Centaurinho*. 9ª. ed. São Paulo: Editora Globo, 2011.

MARCUSCHI, L. A. O papel da linguística no ensino de línguas. **DIADORIM**, n.18, v. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2016.v18n2a5358>. Acesso em 30 de julho de 2022.

MATTOS, S; SILVA, R. V. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto; Salvador: Editora da UFBA, 1995.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas: Mercado de Letras, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1997.

VIEIRA, A. S. "Viagens de Gulliver ao Brasil". *Estudo das adaptações de Gulliver's Travel por Carlos Jansen e Monteiro Lobato*. Tese de Doutorado. IEL/Unicamp, 2004.

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

S586e Silva, Lara Oliveira e
Emília no país da gramática : representações sobre língua,
gramática e variação linguística / Lara Oliveira e Silva, Sarah
Rosindo Daher de Barros. – 2022.
23 f.

Artigo (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Adriana Cintra de Carvalho Pinto,
Departamento de Ciências Sociais e Letras.

1. Lobato, Monteiro, 1882-1945 – Crítica e interpretação.
2. Variação linguística. 3. Língua Portuguesa - Gramática.
I. Barros, Sarah Rosindo Daher de II. Universidade de Taubaté.
Departamento de Ciências Sociais e Letras. Curso de Letras.
III. Título.

CDD – 410